

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.040 - SP (2018/0341224-9)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : ANDANZA TECHNOLOGIES BRASIL SERVICOS DE
TECNOLOGIA LTDA
ADVOGADO : MARCELO RAYES E OUTRO(S) - SP141541
AGRAVADO : HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA
ADVOGADOS : ANA LUÍSA PORTO BORGES - SP135447
RODRIGO GIORDANO DE CASTRO E OUTRO(S) - SP207616

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por ANDANZA TECHNOLOGIES BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA. contra r. decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de v. acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DE SÃO PAULO, assim ementado (fl. 1055):

“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Informática Pagamento efetuado Descumprimento parcial pela contratada Ação de cobrança proposta pela contratante Inadimplemento da contratada não especificado Deficiência formal da petição inicial Sentença de extinção sem resolução do mérito Apelo da autora Impossibilidade de identificação da causa de pedir Afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa Extinção mantida Litigância de má-fé não configurada - Apelação desprovida.”

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1074-1080).

Nas razões do recurso especial (art. 105, III, alínea "a", da CF/88), apontou a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 139, inc. IX, 321, 369, 370, 449 do CPC/15.

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fls. 1139-1140).

Contra aludida decisão, o recorrente interpõe o agravo (fls. 1143-1158).

É o relatório.

DECIDO.

2. Compulsando os autos, observa-se que a parte agravante sustentou em seu recurso especial haver ofensa aos dispositivos em referência, anotando especificamente o seguinte: (i) que os dispositivos dos art. 139, 321, 369, 370 e 449 são foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem; (ii) que a petição inicial foi considerada inepta, porém as instâncias de origem falharam em reconhecer que a parte autora deveria ter sido intimada para a correção de eventual irregularidade antes da sentença terminativa, o que implicou violação ao art. 321 do CPC/15; (iii) que as provas requeridas em petição inicial, não examinadas em sua pertinência pelo Juízo sentenciante, elucidariam os pontos em que a parte ré incorreu em inadimplemento do contrato, tanto no fornecimento de bens, como na prestação de serviços; (iv) houve cerceamento de

defesa; (v) o comando da norma processual somente admite a sentença de extinção do feito pela inépcia da petição inicial após a intimação da parte autora para suprir o vício no prazo de 15 dias.

Não obstante, sobre os temas invocados acima, o v. acórdão recorrido assinalou amplas considerações, demonstrando que as teses sustentadas pela apelante não mereciam provimento (fls. 1058-1063):

“A peça inaugural se ressentia de dados específicos a embasar a formulação do pedido, já que dela não consta a descrição dos serviços que não teriam sido prestados e quais as condutas da ré que levaram a autora a concluir que os serviços prestados foram insatisfatórios ou não prestados. Ou seja, a narração dos fatos se apresenta de forma genérica, com ênfase ao valor de R\$ 1.982.573,90 (um milhão e novecentos e oitenta e dois mil e quinhentos e setenta e três reais e noventa centavos), o qual afirma a autora ter sido pago e se referir à prestação de serviços. Consta ainda da petição inicial que os serviços prestados equivalem a R\$ 602.445,34 (seiscentos e dois mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), e que os serviços que deixaram de ser prestados ou tiveram sua prestação insuficiente geraram à autora o saldo credor de R\$ 1.380.128,60 (um milhão e trezentos e oitenta mil e cento e vinte e oito reais e sessenta centavos). Verifica-se, pois, que, muito embora a peça inaugural mencione que a ré deixou de prestar parte dos serviços previstos no contrato, dela não consta a identificação acerca de quais seriam esses serviços, circunstância que impede que se estabeleça correlação lógica entre a causa de pedir e seus fundamentos e a pretensão deduzida pela demandante. A autora limita-se a alegar que pagou o preço, mas que não houve a completa contraprestação, enfatizando inclusive o envio de notificação à ré (sem comprovação quando do ajuizamento da ação). **No entanto, não descreve, diga-se novamente, quais os serviços que não foram prestados ou prestados de maneira insuficiente pela ré, o que subtrai a possibilidade de se identificar a causa de pedir e de se formar convicção acerca de possível lesão a direito individual.** Sobre o tema, Barbosa Moreira ensina que “Todo pedido tem uma causa. Identificar a causa petendi é responder à pergunta: por que o autor pede tal providência? Ou, em outras palavras: qual o fundamento de sua pretensão? Constitui-se a causa petendi do fato ou do conjunto de fatos a que o autor atribui a produção do efeito jurídico por ele afirmado. As mais das vezes, podem distinguir-se um aspecto ativo e um aspecto passivo na causa petendi: por exemplo, se o autor reclama a restituição de quantia emprestada, a causa petendi abrange o empréstimo, fato constitutivo do direito alegado (aspecto ativo), e o não pagamento da dívida no vencimento, fato lesivo do direito alegado (aspecto passivo)”. Conclui-se, portanto, que, de fato, a petição inicial não preenche os requisitos do artigo 319 do Código de Processo Civil, especificamente o do inciso III (“a petição inicial indicará: o fato e os fundamentos jurídicos do pedido”), o que impossibilita identificar com precisão e clareza a causa de pedir e, ao contrário do sustentado pela apelante, inviabiliza o correto exercício do contraditório e da ampla defesa. Soma-se a isso que a tentativa de acordo e o oferecimento de proposta para solução amigável podem ocorrer sem a designação da audiência

prevista no artigo 334 do Código de Processo Civil, e que, no caso em exame, a tentativa de conciliação após despacho de especificação de provas foi infrutífera, de modo que a realização de audiência inicial antes da citação seria inócua, até porque esclareceu o juízo que, considerando a especificidade da causa, se fazia necessária a citação (fl. 60), o que, por certo, não é conclusivo acerca da total aptidão da petição inicial, como tenta fazer prevalecer a recorrente. A propósito, como ressaltou o eminente Desembargador Rebello Pinho em acórdão proferido na apelação nº 1035844-43.2014.8.26.0506, julgado em 4 de setembro de 2017, “Omissões e obscuridades da inicial não podem ser interpretadas em benefício de quem a redigiu, visto que impedem o exato conhecimento da pretensão deduzida, cerceando o direito de defesa do integrante do polo passivo e impedindo a prestação jurisdicional”. **O artigo 321 do Código de Processo Civil deve ser interpretado em conjunto com o artigo 329 do mesmo diploma legal, o que significa que o momento processual atual, após contestada a ação e proferida a sentença ora apelada, torna inviável determinar a intimação da autora para aditar a inicial. A emenda à petição inicial pode ser determinada pelo juiz até a citação ou até o saneamento do processo (se houver consentimento do réu). Se já houve citação e sentença de extinção sem resolução do mérito por inépcia da petição inicial, não mais é possível a emenda da inicial para que a autora informe quais são os serviços que não teriam sido prestados pela ré. A emenda de tal espécie estaria a alterar a causa de pedir, e a postura processual adotada pela ré, sobretudo nas contrarrazões de apelação, é suficiente a revelar que não consente com a emenda (Código de Processo Civil, artigo 329, inciso II). Soma-se a isso a circunstância de que eventual emenda, neste momento, afrontaria também o princípio da estabilidade do processo, não pela preponderância ao formalismo, mas sim pela segurança das partes. (...)**

Assim, apresentada a contestação com preliminar de inépcia da inicial, seguida de sentença que a acolhe, fica impossibilitada a emenda da inicial, mormente quando o defeito da peça exordial, como no caso em apreço, foi apontado pela ré fornecendo subsídios contra si em benefício da parte autora. Impertinente a alegação da apelante de que agiu “com extrema boa-fé, posto que ao manifestar-se a respeito da contestação, diligenciou no sentido de encartar aos autos todas as planilhas e notas fiscais”. A leitura da réplica à contestação permite verificar que a autora novamente não especifica de forma detalhada quais serviços não foram efetivamente prestados pela ré, tendo deixado também de apresentar a planilha indicada no item 50, o que, repita-se, deveria ter ocorrido quando do ajuizamento da ação. Note-se ainda que a apresentação de réplica pela autora não atingiu o objetivo alegado consistente em suprir “a falha do judiciário”, ao tentar inclusive sanar a deficiência da peça inaugural atribuindo à ré o comportamento de que confessou, em sede de contestação, que os serviços não foram prestados (fl. 803), argumento este aqui reiterado (fl. 992). Constatase, na verdade, que a falha se encontra na ausência de especificação detalhada e documentalmente comprovada acerca da causa de pedir, o que era de incumbência dela própria e, portanto, não há que se falar em confissão quando sequer se tem ciência acerca de quais são os serviços que, efetivamente, não foram prestados na visão da autora. Tanto é assim

que, como ressaltado na contestação, partes imprescindíveis para devido entendimento dos fatos narrados e da causa de pedir. **A exordial é viciada e não possui argumentos suficientes para elaboração da defesa, influenciando, diretamente, no desenvolvimento regular do processo**” (fl. 68) e “**não há nos autos qualquer tipo de fundamentação nos valores expostos e, por fim, não há nos autos qualquer documento que comprove a realização ou não dos serviços! A autora simplesmente ignorou o ônus da prova com uma exordial genérica e, por isso, inepta.** E nem se alegue que pelo fato de a ré ter deduzido sua contestação a petição inicial é apta ninguém deixaria de apresentar uma defesa de mérito (...)” (fl. 69). Ao contrário do que sustenta a apelante, o conteúdo da contestação não resulta na caracterização de confissão em relação à alegada “não prestação de serviços”, visto ser notório o desconhecimento acerca de quais serviços entende a autora não terem sido prestados, o que inviabiliza ainda qualquer presunção nesse sentido. Cabe ressaltar trecho da contestação que supostamente indica eventual confissão da ré: “(...) além de não se desincumbir do ônus probatório, litiga de tal maneira que dificulta ao extremo a defesa da ré. A autora não trouxe nenhuma prova, ou início de prova, dando conta do direito perseguido. Quer fazer crer, sem nenhum embasamento, que os valores que joga ao vento em sua inicial são devidos, quando, em verdade, não existe a menor razoabilidade em relação aos frágeis argumentos lançados na exordial. É por isso que a presente demanda deve ser julgada totalmente improcedente, com a condenação da autora ao pagamento da verba sucumbencial devida, ou, em remotíssima hipótese, haver o reconhecimento de que do estratosférico e desamparado pedido de R\$ 1.380.128,60, apenas R\$ 264.838,70 não foram prestados pela ré a título de serviços de instalação por culpa exclusivamente atribuível à autora, que não cumpriu com suas obrigações contratuais, reiterando a ré sua plena disponibilidade (tal qual ocorreu ao longo de todo o tempo até aqui transcorrido) em prestar tais serviços, aguardando, para tanto, ser instada pela autora” (fl. 89). Verifica-se, portanto, que em nenhum momento houve a alegada confissão por parte da ré, mas apenas apresentação de tese defensiva com o uso do princípio da eventualidade no sentido de que na remota hipótese de esta turma julgadora entender pela viabilidade da petição inicial, já que foi arguida preliminar de inépcia, que a discussão se restrinja à quantia de R\$ 264.838,70 (duzentos e sessenta e quatro mil e oitocentos e trinta e oito reais e setenta centavos), cujo pagamento não teria sido feito por culpa exclusivamente da autora. **Em suma, impõe-se o desproimento do apelo, mantendo-se a sentença, não se vislumbrando o alegado cerceamento de defesa por ausência de instrução processual e consequente produção de provas requeridas (artigos 369, 370 e 449 do Código de Processo Civil), de tal sorte que a análise dos demais pedidos, dentre eles o de reconhecimento da prescrição, fica prejudicada.** Não se verifica caracterizada a prática de nenhuma das condutas descritas no artigo 80 do Código de Processo Civil, já que a ré agiu no exercício regular de direito de postular aquilo que entende devido (reconhecimento da inépcia da inicial em preliminar de contestação), motivo pelo qual rejeita-se o pedido voltado à imposição de sanção por litigância de má-fé.” (g n).

3. Ressalte-se que, quanto aos elementos da fundamentação

supramencionados, os quais foram extraídos do v. acórdão recorrido, a agravante nada opôs especificamente quanto ao momento processual em que se constatou a ausência de demonstração da causa de pedir na petição inicial. Aludida carência, segundo o acórdão recorrido, impediu o exercício de defesa adequada pela via da contestação. Se a questão somente foi conhecida após a apresentação da contestação, o Tribunal de origem houve por bem ponderar a incidência do dispositivo do art. 321 do CPC/15 com a do art. 329 do mesmo diploma processual,

Em adição, o acórdão dedicou-se a demonstrar a impertinência do argumento de ter havido cerceamento de defesa. Quanto a linha adotada pelo v. acórdão exarado pelo Tribunal de origem, as razões de recurso especial nada manifestaram.

Por fim, denota-se da citação supra que os dispositivos invocados pela agravante como omitidos do julgado foram todos expressamente mencionados no v. acórdão recorrido.

Com efeito, o v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a agravante não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Por conseguinte, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator